

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 22/2012

Período: 30/06/2012 – 06/07/2012

GEDES – Brasil

- 1- Os documentos do regime militar I: Documentos sigilosos das Forças Armadas são encontrados
- 2- Os documentos do regime militar II: o receio dos militares perante Kubitschek
- 3- Os documentos do regime militar III: SNI destruiu mais de 19,4 mil arquivos relativos ao período
- 4- Os documentos do regime militar IV: presidenta Dilma Rousseff era tesoureira da VAR-Palmares
- 5- Os documentos do regime militar V: Comissão da Verdade e documentos sobre o Araguaia
- 6- Os documentos do regime militar VI: Arquivo Nacional disponibiliza 5.000 fotografias
- 7- Deputada criará projeto para revogar a Lei da Anistia
- 8- Livro traz novidade sobre a Guerrilha do Araguaia
- 9- Comissão da Verdade adota agenda secreta
- 10- Concursos das FFAA são reestabelecidos até final 2012
- 11- Mário César Flores opina sobre a necessidade de revisão da importância da Defesa Nacional
- 12- Número de militares envolvidos com drogas é crescente
- 13- Marinha incorpora navio Britânico para patrulha
- 14- Crítica à posição “comercial-militar” adotada pelo Brasil durante a negociação de Tratado de Comércio de Armas
- 15- Caças danificam faixa de prédio do Supremo Tribunal Federal em cerimônia
- 16- Forças Armadas poderão ser contempladas com Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 17- Documentos apontam atividades terroristas na região da Tríplice Fronteira
- 18- Roubo de munições do paiol do Exército em Pirassununga

1- Os documentos do regime militar I: Documentos sigilosos das Forças Armadas são encontrados

De acordo com o periódico *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, foi localizada a documentação sigilosa produzida entre 1946 e 1991 pelo Estado-Maior das Forças Armadas, órgão extinto em 1998 após a criação do ministério da Defesa. Segundo a *Folha*, a documentação estaria dividida em 37 volumes com classificações entre “reservada” e “ultrassecreta”, além de outros 52 boletins reservados. Essa documentação deverá ser disponibilizada ao público em 30 dias, pelo Arquivo Nacional. De acordo com o ministério da Defesa, o arquivo foi localizado durante um levantamento feito para atender às determinações da Lei de Acesso à Informação que entrou em vigor em maio de 2012. Segundo o *Correio*, o ministro da Defesa Celso Amorim já informou à Comissão da Verdade sobre os documentos. (*Correio Braziliense* – 30/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 30/06/12)

2- Os documentos do regime militar II: o receio dos militares perante Kubitschek

Segundo notícia publicada pelo *Correio Braziliense*, documentos produzidos pelos serviços de informação brasileiros apontam que, mesmo oito anos após ter deixado a presidência da República, Juscelino Kubitschek era motivo de preocupação para os militares durante o regime militar (1964-1985). Estes receavam a volta do ex-presidente à esfera política no estado de Minas Gerais (MG). Um dos relatórios, denominado “Situação político-social de Minas Gerais”, afirmou a necessidade de dissolver a corrente de Kubitschek no estado, por uma questão de “sobrevivência para a revolução de 64”, além de sugerir que pessoas ligadas ao ex-presidente, como o político e também ex-presidente da República, eleito por voto indireto em 1985, Tancredo Neves, e o também político e responsável pela construção da cidade de Brasília, no Distrito Federal, Israel Pinhedo, tivessem seus direitos cassados. Tal documento, escrito em 1969 na cidade de Juiz de Fora (MG), pelo general e chefe do Quartel-General regional, Itiberê Gouvêa do Amaral, teve difusão restrita e, segundo o *Correio*, teria sido apresentado pelo Comando do Exército somente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), ao Centro de Informações do Exército (CIE) e à Comissão Geral de Investigações (CGI). Além de apontar a necessidade de erradicar a corrente política fortalecida de Kubitschek, o documento de 11 páginas sugeriu a tomada de providências como a intervenção federal em Minas Gerais, recesso na Assembleia Legislativa e o controle sobre Secretarias, principalmente sobre as de Seguranças e Finanças. Outro relatório, feito pela Segunda Seção, serviço reservado do Exército, ainda afirmou que as ações contra a corrente de Kubitschek não deveriam ser pontuais: “ou se destrói o grupo de possibilidade germinadora ou ele crescerá”. O jornal ainda elucidou que, após deixar a presidência da República, Kubitschek tentou o mandato de senador pelo estado de Goiás, em 1965, porém, teve seus direitos cassados e se exilou nos Estados Unidos da América e na Europa. Ao voltar ao Brasil, no ano de 1967, articulou juntamente com o ex-presidente da República, João Goulart e do ex-governador da cidade de Guanabara, hoje Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, a Frente Ampla, grupo político que tentou restaurar a democracia no país, o que levou os militares a cassarem os direitos políticos de todos. O *Correio* ainda apontou que as três personalidades tiveram mortes polêmicas num espaço curto de 9 meses, “Juscelino em acidente automobilístico em agosto de 1976; João Goulart, de supostos problemas cardíacos, em dezembro do mesmo ano; Carlos Lacerda, por último, de infarto, em maio de 1977”. (*Correio Braziliense* – 01/07/12)

3- Os documentos do regime militar III: SNI destruiu mais de 19,4 mil arquivos relativos ao período

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, foram descobertas ordens de destruição de mais de 19,4 mil documentos secretos produzidos no período do regime militar (1964-1985). As ordens de destruição partiram do Serviço Nacional de Informação (SNI) e foram executadas no segundo semestre de 1982, no governo do general João Baptista Figueiredo. O Arquivo Nacional guardou um breve resumo do material que, segundo o jornal, ajudaria a

entender o conteúdo de parte do material destruído. Haveria entre os papéis documentos que tratavam da vida de personalidades, como o arcebispo de São Paulo dom Helder Câmara e o diplomata Vinícius de Moraes; da influência de parentes do general Emílio Garrastazu Médici no governo; e das contas secretas que o ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros mantinha no exterior. Os arquivos continham informação detalhada quanto às pessoas que foram mortas até 1981. Uma análise dos documentos confirmou que a política do SNI previa a destruição dos arquivos relativos a mortos, uma vez que estes não serviriam mais “as atividades de vigilância da ditadura”. A prática da destruição de documentos foi recorrente no período em diversos órgãos, já que a legislação, pautada pelo Regulamento de Salvaguarda para Documentos Sigilosos (1967), abria espaço para eliminação de documentos sem objetividade dos motivos. A ordem de destruição foi assinada pelo general Newton Cruz, que presidia o SNI na época, que alegou ter apenas cumprido com a legislação vigente. O general disse acreditar que os documentos que tratavam de informações transmitidas por informantes do órgão deveriam permanecer sigilosos, para preservar o “sigilo profissional” que lhes foi prometido em troca dos serviços, afirmando ainda que não teme que os documentos assinados por ele venham a público e que o governo da época errou em esconder do país os acontecimentos relativos à Guerrilha do Araguaia (1972), afirmando que foi usado um “esconderijo burro”, e que seria de maior interesse que a população soubesse que havia uma guerrilha contra o governo. O tenente-coronel da reserva Osmany Meneses de Carvalho também assinou algumas ordens de destruição e afirmou que a inutilização era um “processo de rotina”. Os documentos eram periodicamente avaliados e descartados conforme se achasse necessário, uma vez que documentos antigos “não tinham mais nada a ver com a história, coisas passadas”. No dia 03/07/12, a *Folha* publicou um editorial declarando que a burocracia do SNI registrou a destruição de muitos documentos na tentativa de “apagar rastros da estupidez ditatorial”. Em vários casos, a aniquilação dos documentos foi ordenada pelo chefe do SNI na época, general Newton Cruz. De acordo com o jornal, o foco das autoridades era a eliminação de arquivos com o objetivo de proteger os incriminadores, podendo ser atribuída à necessidade de “ocultar malfeitorias” e de reservar um espaço para os “novos dossiês, novas suspeitas e novas ilegalidades”. De acordo com jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 06/07/12, a destruição de documentos sigilosos por parte do Exército, Marinha e Aeronáutica durante o regime militar foi considerado ilegal pela Comissão da Verdade. Uma análise jurídica feita pela comissão sobre as informações enviadas pelo Ministério da Defesa comprovou que vários documentos foram eliminados, dentre eles os relacionados à Guerrilha do Araguaia. Segundo Claudio Fonteles, membro da comissão, a destruição de documentos não era aceitável juridicamente mesmo na época em que ocorreu, pois a legislação determinava que para cada documento que fosse destruído um termo deveria ter sido lavrado, na presença de testemunhas corretamente identificadas e, em seguida, encaminhado às instâncias superiores para conhecimento e, por fim, arquivado. Segundo Gilson Dipp, membro da comissão, “a partir das verificações que a comissão fez, a conclusão a que chegamos é que, mesmo na vigência do regime de exceção, nenhuma destruição poderia ter sido feita sem autorização superior e sem ter sido documentada”. (Folha de S. Paulo –

Poder – 02/07/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 03/07/12; Folha de S. Paulo – Poder - 06/07/12)

4- Os documentos do regime militar IV: presidenta Dilma Rousseff era tesoureira da VAR-Palmares

Em notícia, o *Correio Braziliense* apontou que documentos liberados pelo Serviço Nacional de Informação revelam informações recolhidas pelos agentes da repressão do regime militar (1964-1985) que tratavam da presidenta da República, Dilma Rousseff, nos relatórios, relativos ao “estouro de aparelhos”, apontando que foi encontrado entre eles um organograma da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares). Estes documentos estariam reunidos em arquivo intitulado “Recentes Diligências da Operação Bandeirante” e informam que os militares monitoraram as ações de Rousseff na organização e, segundo depoimento de integrantes presos e um trecho que se afirma ser depoimento da própria presidenta, que ela seria responsável por repassar recursos para os setores de imprensa, operações, estudantil e operário da VAR - Palmares. Rousseff seria também responsável por receber verbas do grupo que tratava da “expropriação” (furtos), formando um fundo para a revolução popular. A presidenta era então considerada um elemento chave na organização e, a partir de seu monitoramento, os militares planejavam chegar ao comando nacional da VAR - Palmares. Os relatos ainda apresentam informações de outras seções, relatando passagens de Rousseff por Pernambuco, Goiás e Distrito Federal, apesar da maioria dos registros pertencerem a locais onde já se sabia que a presidenta atuara em atividades relacionadas a organizações de oposição ao regime. Além de ser apontada como tesoureira da organização, há relatos do envio de Rousseff, então usando a identidade falsa de Maria Lúcia Santos, a São Paulo, em dezembro de 1969, para coordenar a reestruturação da organização no estado, figurando também em outras reuniões da organização. O ex-marido da presidenta, Carlos Franklin Paixão de Araújo, também figurava entre os líderes da organização; em seus registros constam o arranjo de compras de armas, o sequestro do dono da rede de supermercados Pão de Açúcar e de que ele teria informado aos seus interrogadores que a organização pretendia construir um sistema de rádio que visaria interferir nas transmissões de programas de grande audiência, com a leitura de “manifestos políticos que informassem a sociedade sobre os crimes praticados pelo governo militar” (*Correio Braziliense – Política - 02/07/12*)

5- Os documentos do regime militar V: Comissão da Verdade e documentos sobre o Araguaia

De acordo com o *Correio Braziliense*, a Comissão da Verdade pedirá que o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, digitalize os documentos que se encontram no Conselho de Direitos Humanos do estado de Minas Gerais (Conedh-MG), que contém depoimentos e informações sobre o regime militar (1964-1985), para que “não se percam”, como teme a Comissão. Nesses documentos encontra-se o relato da presidente da República, Dilma Rousseff, a respeito da tortura que sofreu em Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, fato que era desconhecido até pouco tempo. Segundo o coordenador da

Comissão, Gilson Dipp, o objetivo do trabalho é preservar os documentos, que ainda podem conter informações históricas relevantes e que não estão acomodados de forma adequada. Dipp, ainda ressaltou que tais papéis são propriedade do estado de Minas Gerais, contudo, não se descarta a possibilidade de solicitação para que esses sejam disponibilizados no Arquivo Nacional também. A historiadora e assessora da Comissão, Heloísa Starling, ficará responsável por avaliar o acervo e as condições de armazenamento. Auxiliando a historiadora estará um grupo de 19 estudantes. Os arquivos não serão levados a Brasília, mas analisados pelo grupo, que tirará cópias e os enviará à Comissão da Verdade. Starling relatou que ainda não viu todo o acervo, mas já notou que existem muitas informações inéditas que poderão ser retiradas de tais arquivos. O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), coordenado pelos ministérios da Defesa e da Justiça, com também pela Secretaria de Direitos Humanos, se reuniu com os membros da Comissão da Verdade no dia 02/07/12. O GTA convidou a Comissão a participar das expedições realizadas na região do Araguaia, além de ter pedido ajuda para aquisição de tecnologia, com o intuito de realizar exames de DNA nas ossadas encontradas na região. Na reunião também criou-se uma subcomissão, de Comunicação Externa, que será responsável por divulgar, periodicamente, a produção do Grupo; os documentos devem ter uma melhor forma de armazenamento, para que sejam acessíveis à sociedade, aos pesquisadores e à Comissão da Verdade. (Correio Braziliense – Política – 03/07/12)

6- Os documentos do regime militar VI: Arquivo Nacional disponibiliza 5.000 fotografias

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Arquivo Nacional disponibilizou para consulta cerca de 5.000 fotografias do acervo do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), produzidas por agentes do regime militar (1964-1985). Dentre as fotografias, estão retratos de: eventos religiosos conduzidos pelo bispo dom Helder Câmara, artistas panfletando a favor da Lei de Anistia, em 1979; pessoas presas acusadas de subversão e ligadas à luta armada; arsenal de armas do grupo Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), apreendido em 14/01/1970 pela Operação Bandeirantes (Oban); e do corpo do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975), morto sob tortura no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). A grande maioria destas fotografias nunca foi divulgada. (Folha de S. Paulo – Poder – 06/07/12)

7- Deputada criará projeto para revogar a Lei da Anistia

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a presidente da Comissão Parlamentar da Verdade, que é um órgão auxiliar da Comissão da Verdade do governo federal, deputada Luiza Erundina, do Partido Socialista Brasileiro do estado de São Paulo (PSB – SP), declarou que trabalhará em defesa de um projeto de sua autoria que consiste na revogação da anistia aos torturadores do regime militar (1964-1985). Erundina afirmou ainda que é preciso “ir até as últimas consequências” e que a decisão de validar a Lei da Anistia (1979) tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ainda pode ser alterada. Essa questão deverá ser discutida em um seminário internacional sobre a Operação Condor – a qual

buscou reprimir os movimentos de esquerda sul-americanos contrários aos governos militares – que será promovido pela própria Comissão Parlamentar da Verdade. (Correio Braziliense- Política – 30/06/12)

8- Livro traz novidade sobre a Guerrilha do Araguaia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o livro “Mata! O Major Curió e as Guerrilhas do Araguaia” do jornalista Leonencio Nossa, traz ainda mais detalhes sobre a Guerrilha do Araguaia (1967 – 1974). A obra revela que o número de execuções seria de 41 pessoas, e não apenas 25, como se acreditava até então. O livro baseia-se no arquivo pessoal do coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió. E tem, segundo o jornal, grande importância para a documentação histórica do país, bem como para os trabalhos da Comissão da Verdade. (Folha de S. Paulo – Opinião – 30/06/12)

9- Comissão da Verdade adota agenda secreta

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou no dia 02/07/12 que a Comissão da Verdade adotou uma agenda secreta para seus trabalhos. A Comissão colheu até agora depoimentos sigilosos e tem obrigado os depoentes a assinar termos de compromisso de que não darão entrevistas sobre o assunto após transmitir as informações a Comissão. Integrantes da mesma afirmam que o sigilo é pedido para permitir que as testemunhas fiquem “mais à vontade para esclarecer fatos obscuros”; o depoimento do ex-médico legista do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, Harry Shibata, acusado de produzir laudos falsos para acobertar mortes, por exemplo, teve somente uma nota de divulgação, afirmando que suas declarações foram “frustrantes”. O historiador Jair Krischke, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, afirmou que o sigilo público só está previsto na Constituição ao proteger casos que envolvam a “segurança nacional e direito de família”, de forma que não haveria legalidade em manter as sessões em sigilo e que isso poria em questão a credibilidade da Comissão, uma vez que não há como saber se “o relatório será fiel aos depoimentos”. Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, morto pelas forças de repressão, disse compreender o sigilo, mas afirmou que a “a questão precisa ser debatida”. Os advogados e integrantes da Comissão, Rosa Maria Cardoso e José Carlos Dias, declararam que o colegiado havia decidido por incluir sessões abertas na agenda, mas não informaram como serão desenvolvidas essas ações. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 06/07/12, a Comissão da Verdade anunciou que criará um site para que possa divulgar suas atividades. Sendo que a primeira versão estará à disposição até dia 16/07/12. O objetivo seria oferecer ao público uma visão detalhada dos trabalhos, entretanto, isso não impedirá que a Comissão continue a realizar sessões sigilosas para ouvir depoimentos, afirmou Cardoso. Posição esta, que tem sofrido reclamações por parte de várias entidades de direitos humanos. Além disso, a Comissão pretende se encontrar com representantes dos Comitês da Memória e Verdade de todo país, pois estes funcionam desde 1980, trabalhando na recuperação da história. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/07/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/07/12)

10- Concursos das FFAA são reestabelecidos até final 2012

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, os 20 concursos das Forças Armadas (FFAA) que estavam suspensos desde janeiro de 2012 voltaram a valer, em caráter emergencial, até dezembro de 2012 a fim de evitar a diminuição do quadro de pessoal das Forças. A suspensão se deu devido a uma ação movida por um candidato reprovado por ter idade superior à exigida e comprovou a inconstitucionalidade deste critério. O episódio deixou claro que este e outros requisitos, como a altura e o peso dos candidatos, deveriam ser inseridos na normatividade; para tanto, foram criados dois projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. A nova regulamentação deverá evitar que as regras adotadas por cada Força sejam díspares. (*Correio Braziliense – Economia – 30/06/12*)

11- Mário César Flores opina sobre a necessidade de revisão da importância da Defesa Nacional

Em coluna opinativa publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o almirante de esquadra reformado Mário César Flores questionou a situação da defesa nacional e das próprias Forças Armadas (FFAA) diante da sociedade e da política brasileira no mundo contemporâneo, pós Guerra Fria. Segundo Flores, haveria um descompasso entre o aspecto político/econômico e o sistema militar do país, causador de uma “fissura nacional incubadora de insegurança”. De acordo com Flores, a ausência de ameaças tradicionais ao país há mais de um século não justificaria a atuação das FFAA apenas em tarefas subsidiárias internas ao Estado. A falta de atenção do Congresso Nacional à defesa nacional foi destacada pelo almirante como sinal de desprezo pelo assunto por parte dos políticos e da sociedade (pois o tema não favorece o ganho de votos) e da necessidade de repensar o tema a longo prazo. Flores ainda criticou a questão orçamentária relativa às Forças, ressaltando que o desfavorecimento à defesa pode afetar as capacidades do país, enfatizando, nesse sentido, a falta de repercussão e efetividade da Estratégia Nacional de Defesa (END). Ademais, destacou a fraca capacidade militar do Brasil que minaria o objetivo do país em obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Em suas palavras: “Em paralelo com a construção de um país socialmente feliz e economicamente forte, é preciso construir uma afirmação político-estratégica apoiada em capacidade militar comedida, mas convincente e credível; coerente com o Brasil no contexto regional; dissuasória, por sinalizar risco e alto custo para qualquer agressor, hoje improvável, mas não impossível no correr do tempo; além de útil à cooperação em missões internacionais legitimadas por organização adequada”. Para isso, Flores afirmou que é preciso “identificar e hierarquizar nossas vulnerabilidades e preocupações, formular concepções estratégicas com a definição de prioridades realistas e a configuração e organização das Forças que lhes correspondam”, concluindo que esse processo exige visão política e competência estratégica coerentes com a realidade brasileira e mundial, a fim de respaldar uma inserção correta do país. (*O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 30/06/12*)

12- Número de militares envolvidos com drogas é crescente

Conforme noticiado pelo periódico *Correio Braziliense*, apesar do regime rigoroso de disciplina e legislação penal própria rígida, é crescente o número de denúncias contra integrantes das Forças Armadas consumidores de drogas, bebidas alcoólicas, maconha e, principalmente, crack. Durante o ano de 2011, foram registradas 161 denúncias e, entre janeiro e a primeira quinzena de junho de 2012, foram 56 casos. O ministro e vice-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Olympio Pereira da Silva Junior, apontou que os números aumentam, principalmente, com relação aos usuários de crack. A Aeronáutica não se pronunciou sobre o assunto, entretanto, o serviço de saúde do Exército afirmou ter encaminhado, desde 2010, 42 usuários da droga para internação prolongada; enquanto, na Marinha, seis receberam tratamento. A defensora pública da União, Caroline Piloni, criticou a rigidez da legislação militar, referindo-se principalmente ao Código Penal Militar, que não difere pequenas de grandes quantidades de drogas, considerando todos os tipos de usuários e portadores como criminosos, com punição. Em entrevista ao *Correio*, Pereira da Silva Júnior também comentou a rigidez do Código Penal Militar, afirmando que “não importa se o militar estava usando, vendendo ou dando gratuitamente a droga, o crime é o mesmo. Porque estamos falando de um crime de perigo iminente”. O vice-presidente do STM ainda afirmou que o ambiente de contato no qual o militar está envolvido pode favorecer o envolvimento com as drogas, como no caso da pacificação das favelas do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Pereira da Silva Júnior apontou que, neste caso específico, uma das causas para o envolvimento dos soldados com as drogas seria o longo tempo em que permanecem na atividade. Por fim, apontou os militares de baixa patente como os usuários de drogas que geralmente são reportados: “não estou dizendo que não há (...) gente de alta patente usuária de substâncias ilícitas. Provavelmente há. A diferença é que esses não são pegos, não são processados. São os mais jovens que levam a droga pra dentro do quartel. (...) E cada vez com mais frequência”. (Correio Braziliense – 01/07/12)

13- Marinha incorpora navio Britânico para patrulha

Como noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, o navio Amazonas foi incorporado pela Marinha do Brasil na Base de Portsmouth, no Reino Unido. O comandante da Marinha, almirante Júlio Soares de Moura Neto, afirmou que o navio deverá chegar ao porto da cidade de Rio de Janeiro em setembro de 2012 e terá como função patrulhar a costa contra pesca ilegal, contrabando, narcotráfico e poluição ambiental. (Correio Braziliense – 01/07/12)

14- Crítica à posição “comercial-militar” adotada pelo Brasil durante a negociação de Tratado de Comércio de Armas

Em publicação pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, o coordenador de política da área de armas do Instituto Sou da Paz, Daniel Meck analisou a negociação do Tratado de Comércio de Armas, que foi iniciada no dia 02/07/12 na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Nova York. O tratado, chamado de “a mais importante iniciativa na história das Nações Unidas na área de controle de armas convencionais”, busca estabelecer regras de alcance global para transferências internacionais de armas (abrangendo desde

pistolas até mísseis e tanques) e, segundo ele, pode reverter a situação atual na qual, já que somente o comércio de armamentos não tem regulamentação, evitando transferências irresponsáveis de acordo com o direito internacional, que ignoram como e por quem as armas serão usadas. Meck afirmou que o Brasil, no papel de potência emergente no cenário internacional e com determinação constitucional pela prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais, não pode permitir que a situação atual continue, porém, apontou para a adoção de uma visão “comercial-militar” por parte do governo brasileiro, apesar dos esforços do Itamaraty por uma posição balanceada. A visão comercial-militar, priorizando aspectos econômicos ou de defesa nacional, para Meck, não refletiria problemas, prioridades e aspirações dos brasileiros e ainda ignoraria a segurança pública, a defesa do território e defesa dos direitos humanos - temas que, em outros fóruns, aparecem como prioridade para o país. O coordenador da área de armas afirmou que o Brasil deve insistir para que o tratado inclua todos os tipos de armas e também mecanismos de transparência que determinem que os países que compartilhem anualmente e publicamente as informações sobre transferência de armas. Meck sugeriu que o “nível de segredo” apresentado pela posição brasileira, apesar de agradar a indústria de armas e a defesa, é contrário a Lei de Acesso à Informação e a liderança no Open Government Partnership. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/07/12)

15- Caças danificam faixa de prédio do Supremo Tribunal Federal em cerimônia

Em notícia publicada pelos jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, foi informado que caças da Força Aérea Brasileira (FAB) geraram confusão no dia 01/07/12, na cidade de Brasília, ao destruir as vidraças da faixa do prédio sede do Supremo Tribunal Federal (STF), como também do Palácio do Planalto. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, ocorreu um prejuízo, no primeiro, de 35 mil reais, mas que, segundo o *Correio*, deverá ser de 85 mil reais, e, no segundo, de 40 à 50 mil reais; valores que deverão ser ressarcidos pela Aeronáutica. Os dois caças Mirage F 2000, que ficam baseados na cidade de Anápolis (GO) e são responsáveis pela proteção do espaço aéreo do Distrito Federal (DF), sobrevoavam a Praça dos Três Poderes no momento da solenidade da troca da bandeira brasileira, como ato de comemoração dos 60 anos da Esquadrilha da Fumaça. O incidente assustou a todos os presentes na comemoração, mas ninguém saiu ferido. O comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, entrou em contato com Palácio do Planalto e com o presidente do STF, Ayres Britto, para esclarecimentos e garantiu que todos os prejuízos serão reparados. De acordo com o *Correio*, a Aeronáutica reconheceu que o piloto do caça excedeu a velocidade adequada para esse tipo de apresentação, alcançando 1.100km/h, velocidade considerada quase suficiente para romper a barreira do som. A FAB não revelou a identidade do militar responsável pela situação, porém, informou que ele foi afastado das atividades aéreas e sua conduta está sendo investigada. Contudo, no dia 02/07/12, a FAB divulgou que garantiu que "todos os sobrevoos ocorreram em altitudes dentro das margens de segurança e não houve risco de acidente com as aeronaves". Para o professor de física da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Britto, os estragos ocorreram devido à combinação de excesso de velocidade e a baixa altitude

dos aviões. De acordo com o geofísico, Alberto Veloso, tal incidente não é novo na região do DF, que, em 15/09/77 e nos anos seguintes, sofreram algo semelhante. De acordo com o *Correio*, a assessoria de Comunicação da Aeronáutica notificou que, até à tarde do dia 03/07/12, foram registradas 20 reclamações originadas do bairro mais afetado, Lago Sul. O jornal ainda afirmou que, segundo cálculos da Secretária-geral da Presidência da República, 28 estruturas sofreram com a passagem dos caças, e que a FAB contratará uma empresa de construção civil para a realização dos reparos. (Correio Braziliense – Cidades - 02/07/12; Correio Braziliense – Cidades – 03/07/12; Correio Braziliense – Opinião 03/07/12; Correio Braziliense – Brasília DF – 03/07/12; Correio Braziliense – Cidades – 04/07/12; Correio Braziliense – 04/07/12; Folha de S. Paulo– Poder - 02/07/12; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/07/12)

16- Forças Armadas poderão ser contempladas com Lei de Diretrizes Orçamentárias

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o senador Antônio Carlos Valadares apresentará no dia 03/07/12 o parecer final do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Entre os dias 20 e 28/06/12, esse documento recebeu 4.123 emendas, 1.100 a mais do que foi apresentado no ano de 2011, sendo que uma das emendas, encaminhada pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT), foi considerada preocupante pela presidente da República, Dilma Rousseff. A emenda inclui regras que admitem o aumento dos próprios salários dos membros do Poder Judiciário. As Forças Armadas devem ser contempladas com as regras para elevação dos repasses de recursos, sendo que, na semana do dia 24/06/12, representantes da Marinha e do Exército se reuniram com Valadares para apresentar propostas de emendas. Rousseff avisou que os temas sobre reajuste dos servidores deverão ser discutidos após a aprovação do PLDO, durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, não existe possibilidade de o governo atender ao pedido de aumento linear de 22% proposto pelo funcionalismo, visto que a inflação está ao redor de 4,8% ao ano. A tendência, segundo técnicos do governo, será de que o governo incorpore benefícios aos salários, reduzindo a discrepância entre salários da base do funcionalismo e da elite, ao contrário de ampliações gerais. (Correio Braziliense – Economia – 03/07/12)

17- Documentos apontam atividades terroristas na região da Tríplice Fronteira

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, documentos inéditos do serviço de inteligência do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) revelaram que o Brasil desconfiou da existência de atividades terroristas na região da Tríplice Fronteira com a Argentina e o Paraguai no período, ressaltando ainda o risco do terrorista Osama bin Laden atacar em território nacional, três anos antes dos atentados de 11 de setembro de 2001. Os relatórios, abertos à consulta no Arquivo Nacional, devido a Lei de Acesso à Informação no dia 02/07/12, contradizem a posição oficial do Brasil, que sempre negou possuir indícios de atuação terrorista na região. O relatório, criado em 1999 por

agentes da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência, afirmou também uma suposta reestruturação na atuação do Hizbollah, grupo xiita libanês. De acordo com o documento, "Brasil e Paraguai assumiram especial relevância, passaram a servir de base para combatentes que elegeriam alvos, especialmente na Argentina e no Uruguai", sendo as atividades centralizadas na Ciudad del Este (Paraguai) e em São Paulo (Brasil), o que possibilitaria, assim, uma ação entre grupos radicais egípcios presentes na fronteira. Em 1998, a inteligência argentina informou à brasileira que estaria investigando, em conjunto com os norte-americanos, a possibilidade de planejamento (a partir de uma base no Brasil) do atentado contra a Associação Mutual Israelita Argentina, em 1994, que matou 85 pessoas e foi estimado o pior do gênero no Cone Sul. Promotores argentinos acusaram o Irã de ter planejado tal atentado, empregando o Hizbollah como o executor. Porém, o governo do Irã e o grupo negam as alegações. Em 1998, um documento referiu-se a Bin Laden e à atuação de integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia no Brasil, onde realizariam tráfico de drogas. Os documentos, segundo o jornal, apontariam a um cenário propício a ocorrência de ataques terroristas em território nacional e pela América no Sul. (Folha de S. Paulo – Poder – 03/07/12)

18- Roubo de munições do paiol do Exército em Pirassununga

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o local onde são guardadas as munições do Exército, no quartel do 13.º Regimento de Cavalaria Mecanizada em Pirassununga, interior do estado de São Paulo, foi arrombado na madrugada do dia 01/07/12. O quartel teria sido invadido por um grupo que roubou mais de 3 mil cartuchos de fuzis calibres 7,62 mm e 9mm, munição pesada como cartuchos 50 e 90mm e 12 granadas de boca. O Exército e a Polícia Militar montaram uma grande operação de busca na cidade, com auxílio de policiais civis, guardas municipais e policiais rodoviários, e assistência do helicóptero Águia da Polícia Militar. Todos os militares que estavam trabalhando no dia do roubo prestaram depoimentos, sendo que três soldados e um cabo foram retidos e um soldado confessou ter ajudado na invasão. A partir da confissão, apurou-se que dois dos jovens eram primos do soldado. No dia 04/07/12, *O Estado* divulgou ainda que três suspeitos do roubo foram executados na cidade vizinha, Porto Ferreira, e que o Serviço de Inteligência do Exército e a Polícia Civil suspeitavam que os autores da execução eram militantes do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma organização criminosa atuante, principalmente, no estado de São Paulo, já que a presença intensa dos militares e policiais na região dificultariam o esquema de tráfico de drogas e armas. As investigações confirmaram apenas que não havia ligação dos invasores do quartel com o PCC. *O Estado* destacou que a região possui "bairros considerados problemáticos pela polícia para o tráfico de drogas e crimes (que) foram ocupados por carros da polícia de toda região e por caminhões do Exército", e que, dentre os dias 01/07/12 e 02/07/12, as apreensões de drogas chegaram a aproximadamente, "3 quilos de cocaína, 1,5 quilo de maconha, e 500 gramas de crack". O Exército enviara para a região equipes pertencentes, majoritariamente, a 11.ª Brigada de Infantaria Leve, localizada na cidade de Campinas, especializada em conflitos urbanos, tendo participado de operações no Complexo de favelas do Alemão na cidade do Rio

de Janeiro, e de operações no Haiti. As munições, com exceção de 30 cartuchos que teriam sido perdidos na estrada, foram encontradas em um canal na cidade vizinha à Pirassununga, Porto Ferreira, onde também foram encontrados os corpos dos jovens executados. (O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 03/07/12; O Estado de S. Paulo – Cidades/Metrópole – 04/07/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).